

**DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
INTERMEDIÁRIAS**

**1º trimestre  
2018**

## Sumário

<b>Balancos Patrimoniais</b> .....	4
<b>Demonstrações de Resultados</b> .....	6
<b>Demonstrações de Resultados Abrangentes</b> .....	7
<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido</b> .....	8
<b>Demonstrações dos Fluxos de Caixa</b> .....	9
<b>1. Contexto operacional</b> .....	10
<b>2. Apresentação das demonstrações financeiras</b> .....	11
a) Base de apresentação.....	11
b) Reclassificações e aberturas para fins de comparabilidade.....	11
<b>3. Principais práticas contábeis</b> .....	14
<b>4. Caixa e equivalentes de caixa</b> .....	16
<b>5. Títulos e valores mobiliários</b> .....	16
<b>5.1. Títulos públicos federais</b> .....	16
<b>5.2. Fundos de investimento</b> .....	17
<b>6. Operações de Crédito</b> .....	17
<b>6.1. Créditos Imobiliários</b> .....	17
a) Composição da carteira de crédito imobiliário .....	17
b) Distribuição por tipo de financiamento .....	18
c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa .....	19
d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	19
<b>6.2. Créditos Comerciais</b> .....	20
<b>7. Outros créditos</b> .....	20
<b>7.1. Títulos CVS</b> .....	20
<b>7.2. Créditos vinculados – Circulante</b> .....	21
<b>7.3. Créditos vinculados - Não Circulante</b> .....	22
<b>8. Impostos e contribuições a recuperar</b> .....	22
<b>8.1. Impostos a compensar ou recuperar</b> .....	22
<b>8.2. Impostos pagos antecipadamente</b> .....	23
<b>9. Ativos não circulantes mantidos para venda</b> .....	23
<b>10. Créditos vinculados – SFH</b> .....	24
<b>11. Imobilizado</b> .....	25
<b>12. Passivos financeiros – Financiamentos</b> .....	25
<b>13. Obrigações com pessoal</b> .....	26
<b>14. Obrigações com fornecedores</b> .....	26
<b>15. Obrigações tributárias</b> .....	27
<b>16. Juros sobre capital próprio/Dividendos</b> .....	27
<b>17. Obrigações por repasses</b> .....	28
<b>18. Obrigações com mutuários</b> .....	28
<b>19. Provisão para riscos cíveis</b> .....	28
a) Contingências cíveis – Risco provável.....	28
b) Contingências – Risco possível.....	29
<b>20. Obrigações com ativos mantidos para venda</b> .....	29
<b>21. Patrimônio Líquido</b> .....	30

<b>22.</b>	<b>Desdobramento das principais contas das demonstrações de resultados</b>	<b>31</b>
a)	Receita Bruta.....	31
b)	Dedução da Receita Bruta.....	31
c)	Custos Operacionais .....	32
d)	Despesas Administrativas .....	33
e)	Receitas / Despesas Operacionais.....	34
f)	Resultado Financeiro.....	35
<b>23.</b>	<b>Partes relacionadas</b> .....	<b>36</b>
a)	Controlador .....	36
b)	Operações com administradores.....	36
c)	Transações com partes relacionadas .....	37
d)	Reembolso de empregados cedidos .....	37
<b>24.</b>	<b>Gerenciamento de Riscos</b> .....	<b>38</b>
a)	Estrutura da gestão de risco.....	38
b)	Risco de carteiras.....	39
c)	Risco de liquidez .....	39
d)	Risco de mercado .....	40

## Balancos Patrimoniais

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.3.2018	31.12.2017
<b>Circulante</b>		<b>1.255.414</b>	<b>1.271.637</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>47.390</b>	<b>26.827</b>
Disponibilidades	4	47.390	26.827
<b>Títulos e valores mobiliários</b>		<b>325.114</b>	<b>341.742</b>
Títulos públicos federais	5.1	218.389	237.973
Fundo de investimento	5.2	106.725	103.769
<b>Operações de crédito</b>		<b>384.632</b>	<b>411.748</b>
Créditos Imobiliários	6.1	277.302	296.553
Créditos Comerciais	6.2	107.330	115.195
<b>Outros créditos</b>		<b>68.413</b>	<b>69.274</b>
Títulos CVS	7.1	13.649	14.035
Créditos Vinculados	7.2	54.764	55.239
<b>Tributos a recuperar</b>		<b>30.754</b>	<b>18.584</b>
Impostos e contribuições a recuperar	8.1	18.877	18.584
Impostos pagos antecipadamente	8.2	11.877	-
<b>Ativos não circulantes mantidos para venda</b>		<b>399.111</b>	<b>403.462</b>
Ativos não circulantes mantidos para venda	9	399.111	403.462
<b>Não Circulante</b>		<b>13.289.367</b>	<b>13.249.672</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>13.286.381</b>	<b>13.246.461</b>
<b>Operações de crédito</b>		<b>1.319.720</b>	<b>1.394.823</b>
Créditos Imobiliários	6.1	1.030.786	1.068.661
Créditos Comerciais	6.2	288.934	326.162
<b>Outros créditos</b>		<b>11.966.661</b>	<b>11.851.638</b>
Créditos vinculados - SFH	10	11.862.694	11.749.592
Créditos vinculados	7.3	103.967	102.046
<b>Imobilizado</b>		<b>2.986</b>	<b>3.211</b>
Imobilizado de uso	11	2.986	3.211
<b>Total do Ativo</b>		<b>14.544.781</b>	<b>14.521.309</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

## Balanços Patrimoniais

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	31.3.2018	31.12.2017
<b>Circulante</b>		<b>653.924</b>	<b>651.309</b>
<b>Passivos financeiros</b>		<b>166.238</b>	<b>163.998</b>
Financiamentos	12	166.238	163.998
<b>Outras obrigações</b>		<b>487.686</b>	<b>487.311</b>
Obrigações com pessoal	13	8.282	8.372
Obrigações com fornecedores	14	15.960	20.772
Obrigações tributárias	15	100.615	101.296
Juros sobre Capital Próprio	16	191.420	188.432
Dividendos	16	5.764	4.899
Obrigações por repasses	17	5.052	6.138
Obrigações com mutuários	18	129.486	125.735
Provisão para riscos cíveis	19	3.677	3.032
Obrigações com ativos mantidos para venda	20	27.430	28.635
<b>Não Circulante</b>		<b>3.707.220</b>	<b>3.712.844</b>
<b>Passivos financeiros</b>		<b>3.706.936</b>	<b>3.712.560</b>
Financiamentos	12	3.706.936	3.712.560
<b>Outras obrigações</b>		<b>284</b>	<b>284</b>
Obrigações com pessoal	13	284	284
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>10.183.637</b>	<b>10.157.156</b>
Capital Social	21	9.057.993	9.057.993
<b>Reservas de lucros</b>		<b>1.099.163</b>	<b>1.099.163</b>
Reserva legal		68.835	68.835
Reserva de aquisição de ativos operacionais		980.897	980.897
Reserva especial de dividendos não distribuídos		49.431	49.431
Resultado Período		26.481	
<b>Total do Passivo</b>		<b>14.544.781</b>	<b>14.521.309</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

## Demonstrações de Resultados

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Descrição	Nota	31.3.2018	31.3.2017
<b>Receita Bruta</b>	<b>22.a</b>	<b>329.294</b>	<b>336.953</b>
<b>Dedução da Receita Bruta</b>	<b>22.b</b>	<b>(163.835)</b>	<b>(134.479)</b>
<b>Receita Líquida</b>		<b>165.459</b>	<b>202.474</b>
<b>Custos Operacionais</b>	<b>22.c</b>	<b>(80.586)</b>	<b>(129.431)</b>
<b>Lucro Bruto</b>		<b>84.873</b>	<b>73.043</b>
<b>Receitas / Despesas</b>		<b>(63.917)</b>	<b>42.693</b>
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>22.d</b>	<b>(16.385)</b>	<b>(20.939)</b>
Despesa de pessoal	22.d.i	(6.228)	(5.774)
Despesa de serviços de terceiros	22.d.ii	(8.448)	(13.424)
Demais despesas administrativas	22.d.iii	(1.709)	(1.741)
<b>Receitas / Despesas Operacionais</b>		<b>(47.532)</b>	<b>63.632</b>
Receitas	22.e.i	14.540	15.873
Despesas	22.e.ii	(41.766)	(33.920)
Reversões / Provisões Líquidas	22.e.iii	(20.306)	81.679
<b>Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras</b>		<b>20.956</b>	<b>115.736</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b><u>5.525</u></b>	<b><u>5.302</u></b>
Receitas Financeiras	22.f.i	11.128	18.628
Despesas Financeiras	22.f.ii	(5.603)	(13.326)
<b>Lucro antes dos Tributos sobre o Lucro</b>		<b>26.481</b>	<b>121.038</b>
<b>Impostos e Contribuições sobre o Lucro</b>		-	-
Imposto de Renda Pessoa Jurídica		-	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		-	-
<b>Lucro Líquido do Período</b>		<b>26.481</b>	<b>121.038</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

## Demonstrações de Resultados Abrangentes

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

*(Em milhares de Reais)*

<b>Descrição</b>	<b>31.3.2018</b>	<b>31.3.2017</b>
Resultado do período	26.481	121.038
Outros resultados abrangentes		
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>26.481</b>	<b>121.038</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

EVENTOS	Capital Social Realizado	Reservas de Lucros				Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Retenção de Lucros	Reservas para novos ativos operacionais	Reserva especial de Dividendos não distribuídos		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.057.993	59.324	845.368	-	-	-	9.962.685
Resultado do período						121.038	121.038
Saldo em 31 de março de 2017	9.057.993	59.324	845.368	-	-	121.038	10.083.723

EVENTOS	Capital Social Realizado	Reservas de Lucros				Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Retenção de Lucros	Reservas para novos ativos operacionais	Reserva especial de Dividendos não distribuídos		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.057.993	68.835	-	980.897	49.431	-	10.157.156
Resultado do período						26.481	26.481
Saldo em 31 de março de 2018	9.057.993	68.835	-	980.897	49.431	26.481	10.183.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias



## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Descrição	31.3.2018	31.3.2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Resultado dos períodos ajustados</b>	<b>243.458</b>	<b>236.385</b>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	26.481	121.038
Depreciação e amortização	225	203
Reversões (provisões) para créditos de liquidação duvidosa	(63.802)	(55.174)
Provisão para perdas	83.463	(26.523)
Provisão para riscos cíveis	645	18
Descontos concedidos	141.297	58.476
Perdas com ativos financeiros	6.191	59.057
Despesas financeiras sobre financiamentos	45.105	73.921
Despesas financeiras sobre dividendo / JCP	3.853	5.369
<b>Variações nos ativos</b>	<b>(158.405)</b>	<b>(202.557)</b>
(Aumento) redução dos títulos públicos federais	19.585	(25.449)
(Aumento) redução dos fundos de investimento	(2.956)	(2.090)
(Aumento) redução das operações de crédito imobiliário	19.093	34.787
(Aumento) redução das operações de créditos comerciais	3.837	8.361
(Aumento) redução de créditos adquiridos	-	78.182
(Aumento) redução dos imóveis não de uso	8.159	(14.458)
(Aumento) redução de créditos vinculados - SFH	(204.205)	(285.106)
(Aumento) redução de outros créditos a receber	(1.625)	3.671
(Aumento) redução nos impostos e contribuições a recuperar	(293)	(455)
<b>Variações nos passivos</b>	<b>(3.356)</b>	<b>(518)</b>
Aumento (redução) de obrigações com pessoal	(90)	106
Aumento (redução) de obrigações com fornecedores	(4.045)	(276)
Aumento (redução) de obrigações tributárias	(681)	(796)
Aumento (redução) de obrigações por repasse	(1.086)	(74)
Aumento (redução) de obrigações com mutuários	3.751	(4.740)
Aumento (redução) de obrigações com ativos mantidos para venda	(1.205)	5.262
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>81.697</b>	<b>33.310</b>
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	(14.844)	(15.879)
Impostos pagos sobre o lucro	(11.877)	(14.008)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais</b>	<b>54.976</b>	<b>3.423</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição do imobilizado	(767)	(542)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades investimento</b>	<b>(767)</b>	<b>(542)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(33.646)	(38.637)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>(33.646)</b>	<b>(38.637)</b>
<b>Diminuição líquida do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>20.563</b>	<b>(35.756)</b>
<b>Modificação na posição financeira</b>		
No início do mês	26.827	51.032
No fim do mês	47.390	15.276
<b>Aumento (redução) líquida do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>20.563</b>	<b>(35.756)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

## Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

### 1. Contexto operacional

---

#### *a) Introdução*

A Empresa Gestora de Ativos S.A (EMGEA) é uma empresa de gestão de ativos – bens e direitos – provenientes da União e de Empresas da administração pública federal. Foi criada pelo Decreto nº 3.848, de 26.6.2001, com base na autorização contida na Medida Provisória nº 2.155/2001 (atual Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001), que estabeleceu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais – PROEF. É uma empresa pública federal não financeira, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com capital social totalmente integralizado pela União.

Em novembro de 2017 foi aprovado pela Assembleia Geral o novo Estatuto Social da Empresa, contemplando as disposições da Lei nº 13.303/2016 (estatuto jurídico das empresas estatais), do Decreto nº 8.945/2016 (que regulamentou a Lei nº 13.303/2016) e das Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

A EMGEA está situada no Setor Bancário Sul – Quadra 2 – Bloco B – Subloja e 1º Subsolo – Edifício São Marcus, em Brasília (DF) – CEP 70.070-902.

#### *b) Informações sobre a constituição e forma de atuação*

Quando da constituição da Empresa, a operação inicial envolveu a cessão pela Caixa Econômica Federal (CAIXA) de contratos de financiamentos imobiliários, grande parte deles oriundos do antigo Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Em contrapartida, assumiu obrigações da CAIXA, compostas por dívidas perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Apoio à Produção de Habitações para População de Baixa Renda (FAHBRE) e o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Na sequência, ainda na fase de constituição, a União efetuou uma integralização de capital por meio da transferência de créditos imobiliários decorrentes de operações oriundas da CAIXA. Em 2014, ampliando seus negócios, a EMGEA adquiriu, novamente da CAIXA, ativos constituídos por contratos de operações de créditos comercial e imobiliário.

Para a recuperação dos créditos, são desenvolvidas e implementadas soluções financeiras, priorizando soluções conciliatórias, tanto na esfera administrativa como na judicial, com incentivos à liquidação ou à reestruturação. As atividades operacionais são realizadas por empresas contratadas para a prestação de serviços, incluindo o atendimento aos devedores.

A EMGEA não está sujeita a nenhuma exigência legal ou regulamentar relativa à manutenção de capital mínimo. No entanto, a Empresa avalia, permanentemente, em

conjunto com o acionista controlador, se existe indicativo de necessidade de alienação de parte de seus ativos ou de recomposição de seu capital social, para que seja mantido o equilíbrio financeiro. Para o exercício de 2018, não é esperada necessidade de aporte de capital.

## **2. Apresentação das demonstrações financeiras**

### **a) Base de apresentação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial o CPC 21 (R1) - Demonstrações intermediárias.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração.

A aprovação destas demonstrações financeiras intermediárias foi efetivada em reunião da Diretoria Executiva em 14 de maio de 2018.

### **b) Reclassificações e aberturas para fins de comparabilidade**

Para melhor apresentação e compreensibilidade dos usuários, bem como para fins de comparabilidade, foram efetuadas diversas reclassificações dos saldos da Demonstração do Resultado do período e da Demonstração do Fluxo de Caixa de 2017, sem afetar o resultado final, conforme demonstrado a seguir:

#### **i. Demonstração do Resultado do Período:**

<b>Descrição Grupo e Subgrupo</b>	<b>Valor Original</b>	<b>Valor Reclassificado</b>	<b>Descrição Grupo e Subgrupo</b>
Receita com juros e similares	<b>296.362</b>	<b><u>296.362</u></b>	
		310.898	Reclassificado para o Grupo Receita Bruta
		(14.536)	Reclassificado para o Grupo Dedução da Receita Bruta- Impostos e Contribuições
Despesas com juros e similares	<b>(73.921)</b>	<b>(73.921)</b>	Reclassificado para o Grupo Custos Operacionais - Despesas com juros e atualização de financiamentos
<b>Resultado Líquido com juros e similares</b>	<b>222.441</b>		
<b>Resultado com ativos financeiros</b>	<b>(51.951)</b>		
Reversões (provisões) líquidas	83.139	83.139	Reclassificado para o Grupo Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Subgrupo Reversões (Provisões) Líquidas
Descontos Concedidos	(84.179)	<b><u>(84.179)</u></b>	
		(58.476)	Reclassificado para o Grupo Deduções da Receita Bruta - Descontos Concedidos
		(25.703)	Reclassificado para o Grupo Deduções da Receita Bruta - Perdas nas Operações
Perdas nas operações	(50.911)	<b><u>(50.911)</u></b>	

		(17.557)	Reclassificado para o Grupo Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Subgrupo Despesas
		(33.354)	Reclassificado para o Grupo Deduções da Receita Bruta - Perdas nas Operações
<b>Receitas (despesas) na recuperação de créditos adquiridos</b>	<b>23.485</b>	<b><u>23.485</u></b>	
		(2.389)	Reclassificado para o Grupo Dedução da Receita Bruta- Impostos e Contribuições
		25.824	Reclassificado para o Grupo Receita Bruta
		50	Reclassificado para o Grupo Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Subgrupo Reversões (Provisões) Líquidas.
<b>Outras receitas (despesas)</b>	<b>2.851</b>	<b><u>2.851</u></b>	
		(6.823)	Reclassificado para o Grupo Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Subgrupo Despesas
		5.621	Reclassificado para o Grupo Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Subgrupo Receitas
		(5)	Reclassificado para o Grupo Dedução da Receita Bruta- Impostos e Contribuições
		(496)	Reclassificado para o Grupo Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Subgrupo Despesas - Impostos e Contribuições
		(217)	Reclassificado para o Grupo Resultado Financeiro, Subgrupo Despesas Financeiras - Impostos e Contribuições
		118	Reclassificado para o Grupo Receita Bruta
		4.653	Reclassificado para o Grupo Resultado Financeiro, Subgrupo Receitas Financeiras
<b>Resultado Intermediário</b>	<b>196.826</b>		
<b>Ganhos (perdas) com outros recebíveis</b>	<b>3.747</b>		
Receitas com outros recebíveis	3.191	<b><u>3.191</u></b>	
		1.357	Reclassificado para o Grupo Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Subgrupo Receitas
		(16)	Reclassificado para o Grupo Dedução da Receita Bruta- Impostos e Contribuições
		(63)	Reclassificado para o Grupo Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Subgrupo Despesas - Impostos e Contribuições
		(88)	Reclassificado para o Grupo Resultado Financeiro, Subgrupo Despesas Financeiras - Impostos e Contribuições
		113	Reclassificado para o Grupo Receita Bruta
		1.888	Reclassificado para o Grupo Resultado Financeiro, Subgrupo Receitas Financeiras
Reversões (provisões) para perdas com outros recebíveis	556	<b>556</b>	Reclassificado para o Grupo Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Subgrupo Reversões (Provisões) Líquidas.
<b>Resultado com (provisões) reversões para riscos cíveis</b>	<b>(18)</b>	<b>(18)</b>	Reclassificado para o Grupo Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Subgrupo Reversões (Provisões) Líquidas.
<b>Resultado com tributos a recuperar</b>	<b>498</b>	<b><u>498</u></b>	
		522	Reclassificado para o Grupo Resultado Financeiro, Subgrupo Receitas Financeiras

		(24)	Reclassificado para o Grupo Resultado Financeiro, Subgrupo Despesas Financeiras- Impostos e Contribuições
<b>Resultado líquido com ativos mantidos para venda</b>	<b>(12.090)</b>	<b><u>(12.090)</u></b>	
		(9.053)	Reclassificado para o Grupo Receitas (Despesas), Subgrupo Despesas Administrativas - Despesa de Serviços de Terceiros
		(8.259)	Reclassificado para o Grupo Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Subgrupo Despesas
		8.011	Reclassificado para o Grupo Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Subgrupo Receitas
		(741)	Reclassificado para o Grupo Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Subgrupo Despesas - Impostos e Contribuições
		(2.048)	Reclassificado para o Grupo Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Subgrupo Reversões (Provisões) Líquidas.
<b>Despesas administrativas</b>	<b>(67.336)</b>		
Despesas com pessoal	(5.774)	<b>(5.774)</b>	Reclassificado para o Grupo Receitas (Despesas), Subgrupo Despesas Administrativas - Despesas de Pessoal
Despesas com serviços de terceiros	<b>(59.881)</b>	<b><u>(59.881)</u></b>	
		(55.510)	Reclassificado para o Grupo Custos Operacionais - Prestação de Serviços - CAIXA
		(4.371)	Reclassificado para o Grupo Receitas (Despesas), Subgrupo Despesas Administrativas - Despesas de Serviços de Terceiros
Outras despesas administrativas	(1.681)	<b><u>(1.681)</u></b>	
		(1.741)	Reclassificado para o Grupo Receitas (Despesas), Subgrupo Despesas Administrativas - Demais Despesas Administrativas
		60	Reclassificado para o Grupo Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Subgrupo Despesas - Impostos e Contribuições
<b>Resultado antes de outras receitas e despesas financeiras</b>	<b>121.627</b>		
Receitas Financeiras	11.871	<b><u>11.871</u></b>	
		884	Reclassificado para o Grupo Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Subgrupo Receitas
		11.566	Reclassificado para o Grupo Resultado Financeiro, Subgrupo Receitas Financeiras
		(41)	Reclassificado para o Grupo Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Subgrupo Despesas - Impostos e Contribuições
		(538)	Reclassificado para o Grupo Resultado Financeiro, Subgrupo Despesas Financeiras- Impostos e Contribuições
Despesas Financeiras	(12.460)	<b><u>(12.460)</u></b>	Reclassificado para o Grupo Resultado Financeiro, Subgrupo Despesas Financeiras
<b>Resultado do Período</b>	<b>121.038</b>	<b>121.038</b>	<b>Resultado Líquido do Período</b>

ii. Demonstração do Fluxo de Caixa:

Descrição Grupo e Subgrupo	Valor Original	Reclassificação	Valor reclassificado
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Resultado do período ajustado</b>	<b>253.942</b>	<b>(17.558)</b>	<b>236.384</b>
Reversões (provisões) para créditos de liquidação duvidosa	(83.138)	27.964	(55.174)
Provisão para perdas	1.441	(27.964)	(26.523)
Descontos concedidos	84.179	(25.703)	58.476
Perdas com ativos financeiros	50.912	8.145	59.057
<b>Variações nos ativos</b>	<b>(220.115)</b>	<b>17.558</b>	<b>(202.557)</b>
(Aumento) redução das operações de crédito imobiliário	17.207	17.580	34.787
(Aumento) redução das operações de créditos comerciais	8.383	(22)	8.361
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>33.310</b>	<b>-</b>	<b>33.310</b>

No grupo Reversões (provisões) para créditos de liquidação duvidosa foi reclassificado o montante de R\$ 27.964 para o grupo “provisão para perdas”.

No grupo “descontos concedidos foi reclassificado” o valor de R\$ 25.703 para perdas com ativos financeiros.

No grupo “perdas com ativos financeiros” foi reclassificado o montante de R\$ 17.558 para o grupo “ outras receitas (despesas) operacionais”, Subgrupo despesas

Tais reclassificações não afetaram a movimentação líquida de caixa.

### **3. Principais práticas contábeis**

#### **a) Políticas Contábeis**

As políticas e métodos contábeis adotados no primeiro trimestre de 2018 foram aplicados consistentemente com os mesmos critérios utilizados no encerramento do exercício de 2017.

Estas informações contábeis intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período. Portanto, as informações contábeis intermediárias devem ser lidas com as demonstrações financeiras anuais da Empresa do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

#### **b) Novas normas**

Uma série de novas normas ou alterações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) são efetivas para o período. As principais normas que impactam a Empresa são:

*i. CPC 48 - Instrumentos Financeiros*

- **Classificação – Ativos Financeiros**

A revisão da classificação não traz impactos relevantes, visto que não há previsão de alterações significativas no modelo de negócios da Empresa e os principais ativos constituídos por operações de crédito e créditos vinculados ao SFH são mensurados pelo custo amortizado.

- **Redução ao valor recuperável (Impairment) – Ativos Financeiros**

A Empresa ainda não concluiu os estudos técnicos necessários a construção dos modelos de perdas de crédito esperadas, os quais levarão em consideração dentre outros as mudanças dos fatores econômicos que poderão afetar as perdas de crédito da Empresa.

Ainda que a adoção da norma exija a evolução dos modelos de mensuração de riscos adotados, acreditamos que a mesma não implicará em volatilidade nos resultados da Empresa, visto que os ativos financeiros da Empresa serão substancialmente classificados como mensurados ao custo amortizado e já se encontram em estágio avançado de deterioração, sendo constituídos atualmente elevados níveis de provisão os quais são calculados com base em toda vida do instrumento financeiro.

- **Classificação – Passivos Financeiros**

A norma não traz impactos relevantes na classificação dos passivos financeiros da Empresa os quais são mensurados pelo custo amortizado.

*ii. CPC 47 – Receita de contrato com cliente*

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (R1) Receitas e o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção.

Até o momento não há expectativa de reflexos nas receitas auferidas pela Empresa.

*iii. CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil*

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Não é previsto qualquer impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.



## 4. Caixa e equivalentes de caixa

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.3.2018	31.12.2017
Disponibilidade em moeda nacional (caixa)	888	961
Operações compromissadas (i)	46.502	25.866
<b>Total</b>	<b>47.390</b>	<b>26.827</b>

(i) Referem-se ao valor das Operações Compromissadas mantido por meio do Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa, administrado pela Caixa Econômica Federal. A rentabilidade no primeiro trimestre de 2018 foi de 1,78% (3,43% no primeiro trimestre de 2017).

## 5. Títulos e valores mobiliários

### 5.1. Títulos públicos federais

As aplicações em fundos exclusivos descritos a seguir são administradas pela CAIXA e possuem recursos aplicados em títulos de renda fixa.

Conforme definido no regulamento do fundo de investimento, as cotas não possuem prazo de carência para resgates, os quais podem ocorrer a qualquer tempo.

Todas as aplicações nos fundos de investimentos estão marcadas pelo valor de cota do fundo divulgada na data do balanço, e o fundo adota o valor justo como critério de avaliação da sua carteira de ativos.

Considerando que esses fundos são exclusivos da EMGEA, para fins de apresentação, estão sendo apresentados de forma segregada por tipo de aplicação. As características de cada fundo e ativos aplicados estão descritos a seguir:

#### i. Em 31 de março de 2018:

Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa:

Descrição	Valor de curva	Valor justo	Ganhos / (perdas) não realizadas	Faixas de vencimento
<b>Títulos para negociação:</b>				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	94.313	94.313	-	Até 6 meses
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	47.155	47.155	-	1 a 3 anos
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	74.980	74.981	1	Até 6 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.936	1.940	4	7 a 12 meses
<b>Total</b>	<b>218.384</b>	<b>218.389</b>	<b>5</b>	

#### ii. Em 31 de dezembro de 2017:

Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa:

Descrição	Valor de curva	Valor justo	Ganhos / (perdas) não realizadas	Faixas de vencimento
<b>Títulos para negociação:</b>				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	50.441	50.480	39	Até 06 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.821	1.824	3	7 a 12 meses
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	185.668	185.669	1	Até 06 meses
<b>Total</b>	<b>237.930</b>	<b>237.973</b>	<b>43</b>	



Os títulos possuem classificação nível 1 de hierarquia de valor justo.

O Fundo operou no mercado de derivativos até o limite das posições detidas à vista, com o objetivo de adequar a carteira à política de investimento, cujas operações no mercado futuro estavam distribuídas em 31 de março de 2018, conforme a seguir:

Título	Ativo	Passivo	Valor de Referência	Faixa de vencimento
DI1	-	-	34.462	até 6 meses
DI1	16	-	147.024	7 a 12 meses
<b>Total Mercado de Derivativos</b>	<b>16</b>	<b>-</b>	<b>181.486</b>	

## 5.2. Fundos de investimento

### i. Em 31 de março de 2018:

Quotas de Fundo de Investimento:

Descrição	Qtde Quota	Valor Quota	Valor Contábil
Fundo BB Extra-Mercado FAE 2 (i)	61.951.141,38	1,725928629	106.923
Bloqueio Judicial (ii)			(198)
<b>Total</b>			<b>106.725</b>

### ii. Em 31 de dezembro de 2017:

Quotas de Fundo de Investimento:

Descrição	Qtde Quota	Valor Quota	Valor Contábil
Fundo BB Extra-Mercado FAE 2 (i)	61.323.798,43	1,694980798	103.943
Bloqueio Judicial (ii)			(174)
<b>Total</b>			<b>103.769</b>

(i) Refere-se ao valor das cotas do Fundo BB Extramercado FAE 2 com liquidez diária, administrado pela BB Gestão de Recursos - DTVM S.A. A rentabilidade média bruta foi de aproximadamente 1,83% no primeiro trimestre de 2018 (3,40% no primeiro trimestre de 2017).

(ii) Refere-se ao valor de bloqueio judicial reclassificado para outros créditos vinculados (Nota 7.2).

## 6. Operações de Crédito

### 6.1. Créditos Imobiliários

O saldo dos recebíveis de operações de crédito imobiliário refere-se aos créditos transferidos à EMGEA pela CAIXA em decorrência de Instrumentos Contratuais de Cessão firmados com aquela Instituição. É composto por contratos de responsabilidade de mutuários de pessoas físicas, com e sem cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), e de pessoas jurídicas, representadas por Construtoras, Cooperativas Habitacionais, Liquidandas e Repassadoras, Estados e Municípios, cujo vencimento final ocorrerá até o ano de 2023.

#### a) Composição da carteira de crédito imobiliário

A composição da carteira de crédito imobiliário é a seguinte:

i. *Em 31 de março de 2018:*

Descrição	31.3.2018		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo devedor (i)	164.780	1.043.195	1.207.975
Valores a receber (ii)	605.068	10.627.362	11.232.430
Rendas a apropriar (iii)	(254.444)	(5.111.989)	(5.366.433)
Diferencial de juros (iv)	(63)	(8.225)	(8.288)
Outros valores (v)	6.996	-	6.996
Deságio (vi)	(24.839)	(57.930)	(82.769)
<b>Subtotal</b>	<b>497.498</b>	<b>6.492.413</b>	<b>6.989.911</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(220.196)	(5.461.627)	(5.681.823)
<b>Total</b>	<b>277.302</b>	<b>1.030.786</b>	<b>1.308.088</b>

ii. *Em 31 de dezembro de 2017:*

Descrição	31.12.2017		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo devedor (i)	189.203	1.081.336	1.270.539
Valores a receber (ii)	596.027	10.735.588	11.331.615
Rendas a apropriar (iii)	(250.391)	(5.114.064)	(5.364.455)
Diferencial de juros (iv)	(63)	(8.907)	(8.970)
Outros valores (v)	6.962	-	6.962
Deságio (vi)	(24.491)	(59.834)	(84.325)
<b>Subtotal</b>	<b>517.247</b>	<b>6.634.119</b>	<b>7.151.366</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(220.694)	(5.565.458)	(5.786.152)
<b>Total</b>	<b>296.553</b>	<b>1.068.661</b>	<b>1.365.214</b>

(i) O saldo devedor corresponde às parcelas vincendas dos contratos de financiamentos imobiliários.

(ii) O saldo de valores a receber corresponde às parcelas vencidas dos contratos de financiamentos imobiliários.

(iii) Referem-se às receitas de operações de crédito vencidas a partir do 60º dia.

(iv) O diferencial de juros, instituído pela Lei nº 10.150/2000, corresponde à diferença entre as taxas de juros estabelecidas contratualmente com os tomadores dos financiamentos imobiliários com direito à cobertura do FCVS e os juros estabelecidos para novação desses contratos com a administradora do Fundo, respeitadas as origens dos recursos, sendo 3,12% ao ano para as operações com recursos originários do FGTS e 6,17% ao ano para as operações originadas com recursos de outras fontes. Esse diferencial de juros, por não ser passível de recebimento do Fundo, quando do decurso de prazo ou de liquidação antecipada, está registrado como redutor do saldo das operações de crédito imobiliário com cobertura do FCVS.

(v) Outros valores incluem os valores não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação para apropriação aos correspondentes contratos.

(vi) O deságio corresponde à diferença entre o valor dos saldos devedores e o valor de aquisição dos créditos imobiliários decorrentes do Instrumento Particular de Cessão Onerosa de 30.9.2014.

**b) Distribuição por tipo de financiamento**

A composição do saldo é a seguinte:

i. *Em 31 de março de 2018:*

Tipo	31.3.2018		
	Com cobertura do FCVS	Sem cobertura do FCVS	Total
Pessoa Física	219.723	4.709.046	4.928.769
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(180.107)	(3.376.191)	(3.556.298)
Deságio	(485)	(82.284)	(82.769)
<b>Total Pessoa Física</b>	<b>39.131</b>	<b>1.250.571</b>	<b>1.289.702</b>
Pessoa Jurídica - Setor Privado	-	2.124.953	2.124.953
Pessoa Jurídica - Setor Público	-	11.962	11.962
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Privado	-	(2.125.525)	(2.125.525)
<b>Total Pessoa Jurídica</b>	<b>-</b>	<b>11.390</b>	<b>11.390</b>
Outros valores	-	6.996	6.996
<b>Total</b>	<b>39.131</b>	<b>1.268.957</b>	<b>1.308.088</b>

ii. *Em 31 de dezembro de 2017:*

Tipo	31.12.2017		
	Com cobertura do FCVS	Sem cobertura do FCVS	Total
Pessoa Física	225.087	4.867.894	5.092.981
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(183.885)	(3.480.027)	(3.663.912)
Deságio	(489)	(83.836)	(84.325)
<b>Total Pessoa Física</b>	<b>40.713</b>	<b>1.304.031</b>	<b>1.344.744</b>
Pessoa Jurídica - Setor Privado	-	2.122.592	2.122.592
Pessoa Jurídica - Setor Público	-	13.156	13.156
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Privado	-	(2.122.240)	(2.122.240)
<b>Total Pessoa Jurídica</b>	<b>-</b>	<b>13.508</b>	<b>13.508</b>
Outros valores	-	6.962	6.962
<b>Total</b>	<b>40.713</b>	<b>1.324.501</b>	<b>1.365.214</b>

**c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira por faixa de atraso está demonstrada a seguir:

Faixa de Atraso	31.3.2018	31.12.2017
<b>Setor Privado - Pessoa Física e Pessoa Jurídica</b>		
De 0 a 60 dias	(701.049)	(742.112)
De 61 a 180 dias	(11.257)	(12.065)
De 181 a 360 dias	(14.602)	(15.947)
Acima de 360 dias	(4.954.915)	(5.016.028)
<b>Total</b>	<b>(5.681.823)</b>	<b>(5.786.152)</b>

**d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

No período, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, calculada sobre os saldos a receber das operações de crédito imobiliário, foi a seguinte:

Descrição	31.3.2018	31.12.2017
<b>Saldo inicial</b>	<b>(5.786.152)</b>	<b>(6.280.899)</b>
Reversão de provisões	157.743	892.293
Reforço de provisões	(53.414)	(397.546)
<b>Movimentação líquida nas provisões</b>	<b>104.329</b>	<b>494.747</b>
<b>Saldo final</b>	<b>(5.681.823)</b>	<b>(5.786.152)</b>

## 6.2. Créditos Comerciais

Referem-se aos créditos transferidos à EMGEA pela CAIXA, em decorrência do Instrumento Particular de Cessão Onerosa de Créditos de 30.9.2014, representados por contratos comerciais perante pessoas físicas.

Descrição	31.3.2018	31.12.2017
<b>Circulante</b>	<b>107.330</b>	<b>115.195</b>
Saldo Devedor (i)	3.037.347	2.469.865
Deságio - Créditos Comerciais (ii)	(2.818.365)	(2.279.443)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (iii)	(111.652)	(75.227)
<b>Não Circulante</b>	<b>288.934</b>	<b>326.162</b>
Saldo Devedor (i)	2.023.965	2.645.407
Deságio - Créditos Comerciais (ii)	(1.669.734)	(2.258.049)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (iii)	(65.297)	(61.196)
<b>Total</b>	<b>396.264</b>	<b>441.357</b>

(i) Composto por contratos perante pessoas físicas, de baixo valor, originados de financiamentos de bens de consumo duráveis, materiais de construção, crédito rotativo, Minha Casa Melhor e crédito direto ao consumidor.

(ii) O deságio corresponde à diferença entre o valor dos saldos devedores e o valor de aquisição dos créditos comerciais.

(iii) Até o primeiro trimestre de 2018, foi constituída provisão no montante de R\$ 176.949 milhões para créditos da carteira comercial adquirida na cessão onerosa com a CAIXA em 2014, referente a contratos da carteira Minha Casa Melhor e carteiras comerciais para os contratos com atraso maior que 1.800 dias, já baixados dos cadastros restritivos, relativos aos produtos Construcard, Crediário Caixa Fácil, Crédito Direto CAIXA (CDC) e Microcrédito Produtivo Orientado.

## 7. Outros créditos

### 7.1. Títulos CVS

Referem-se ao valor correspondente ao ingresso de Títulos CVS oriundos da quitação de contratos de aquisição de carteiras habitacionais, tendo em vista a resolução da condição *pro solvendo*, conforme instrumentos firmados junto a Entes da Federação.

Descrição	31.3.2018	31.12.2017
Títulos CVS	13.649	14.035
<b>Total</b>	<b>13.649</b>	<b>14.035</b>

## 7.2. Créditos vinculados – Circulante

Referem-se aos créditos vinculados às operações de créditos imobiliários, comerciais, de imóveis não de uso e outros valores cuja, composição é a seguinte:

Descrição	31.3.2018	31.12.2017
<b>Créditos Vinculados</b>	<b>122.238</b>	<b>123.026</b>
Movimentação financeira - CAIXA (i)	26.215	22.438
Desembolso com execuções a recuperar (ii)	61.775	62.114
Débitos remanescentes (iii)	11.881	11.881
Indenizações de sinistro a receber (iv)	8.508	9.975
Valores a apropriar (v)	8.783	11.557
Créditos a receber na novação do FCVS (vi)	4.480	4.435
FGTS a receber (vii)	126	164
Bloqueios judiciais (viii)	257	245
Outros recebíveis (ix)	213	217
<b>Provisões para perdas</b>	<b>(67.474)</b>	<b>(67.787)</b>
Provisão desembolso de execução a recuperar (x)	(55.593)	(55.906)
Provisão perdas débitos remanescentes (xi)	(11.881)	(11.881)
<b>Total</b>	<b>54.764</b>	<b>55.239</b>

(i) Valores arrecadados pela CAIXA relativos às prestações e às liquidações de financiamentos imobiliários e créditos comerciais, à alienação de imóveis e outros, ainda pendentes de repasse à EMGEA.

(ii) Desembolsos efetuados em processos de execução judicial e extrajudicial de créditos a receber que poderão ser recebidos ao final dos processos.

(iii) Valores referentes às diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação desses imóveis, quando de sua adjudicação, arrematação ou dação.

(iv) Saldo a receber da seguradora, relativo a indenizações de seguros em decorrência de sinistros de morte e de invalidez permanente.

(v) Valores arrecadados não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação pela CAIXA para posterior repasse à EMGEA.

(vi) Valores a receber decorrentes de débitos de contribuição compensados indevidamente nos contratos de novação de créditos perante o FCVS.

(vii) Saldo a receber do FGTS referente a valores utilizados nas liquidações e nas reestruturações de operações de créditos imobiliários.

(viii) Referem-se, basicamente, a valores bloqueados em caixa e equivalente de caixa e nos fundos de investimento da Empresa, em atendimento a determinações judiciais relacionadas a processos judiciais na esfera passiva de créditos imobiliários.

(ix) Referem-se a adiantamento a funcionários como férias, MBA, diárias, auxílio moradia e pagamento de pequenas despesas com fundo rotativo.

(x) Provisão constituída sobre o saldo de desembolso com execuções a recuperar com base no histórico de recuperação dos valores dos mutuários.

(xi) Valor da provisão referente ao total da diferença apurada entre os saldos devedores de operações de crédito imobiliário e os valores de avaliação desses imóveis, quando da sua adjudicação ou arrematação, no caso de pessoa jurídica.

### 7.3. Créditos vinculados - Não Circulante

Descrição	31.3.2018	31.12.2017
<b>Créditos Vinculados</b>	<b>341.039</b>	<b>338.239</b>
Créditos a receber da União - retenção indevida de IR (i)	183.299	182.333
Valores a receber de agentes cedentes - devolução de créditos (ii)	53.878	53.878
Cessão Onerosa de Créditos entre a EMGEA e a CAIXA – Saldo de reposicionamento (iii)	55.738	54.996
Depósitos judiciais (iv)	40.261	39.137
PLD - seguro de crédito (v)	7.863	7.895
<b>Provisões para perdas</b>	<b>(237.072)</b>	<b>(236.193)</b>
Provisão de créditos a receber da União - retenção indevida de IR (vi)	(183.299)	(182.333)
Provisão de valores a receber de agentes cedentes - devolução de créditos (vii)	(45.910)	(45.965)
Provisão de PLD - Seguro de crédito (viii)	(7.863)	(7.895)
<b>Total</b>	<b>103.967</b>	<b>102.046</b>

(i) Referem-se aos valores a receber relativos a retenções de imposto de renda na fonte efetuadas pela Itaipu Binacional, em repasses de recursos, no período de 2001 a 2002, oriundos de créditos cedidos pela União à EMGEA para aumento de capital. Os valores foram atualizados com base na variação da taxa SELIC.

(ii) Referem-se a valores a receber de agentes cedentes relativos a créditos adquiridos a serem devolvidos para substituição ou ressarcimento, conforme estabelecido nos contratos de cessão.

(iii) Refere-se à diferença em favor da EMGEA decorrente do reposicionamento dos créditos habitacionais e comerciais adquiridos de acordo com Instrumento Contratual de Cessão Onerosa de Créditos entre a CAIXA e a EMGEA de 30.9.2014, conforme Termo Aditivo ao Instrumento Particular formalizado em 30.1.2015. Conforme previsto contratualmente, o valor da diferença é atualizado com base no percentual nominal de 5,37% a.a., acrescido de Taxa Referencial (TR).

(iv) Referem-se a depósitos judiciais feitos pela EMGEA decorrentes de ações movidas pelos mutuários de contratos habitacionais do ajuizamento até o encerramento do processo.

(v) Perda líquida definitiva (PLD) – seguro de crédito inclui a diferença negativa entre a realização da garantia e o custo de aquisição do imóvel do SFH, por adjudicação, arrematação ou dação de pagamento.

(vi) A Administração constituiu provisão para perdas na totalidade do valor dos créditos de R\$ 183.299, tendo em vista que a ação de Repetição de Indébito impetrada pela EMGEA teve sentença desfavorável. A Empresa apelou da sentença que lhe foi desfavorável, e, conforme opinião dos seus advogados, o risco de indeferimento do pleito foi classificado como “possível”.

(vii) A provisão para perdas sobre os valores a receber de agentes cedentes relativos à devolução de créditos é apurada com base em valor de expectativa de realização desses créditos, conforme estabelecido nos instrumentos contratuais.

(viii) Provisão PLD – valor integral do crédito – Provisão constituída para a eventualidade de não recebimento da garantia PLD, visto que é considerada de difícil realização.

## 8. Impostos e contribuições a recuperar

### 8.1. Impostos a compensar ou recuperar

i. Em 31 de março de 2018:

Tributos	Saldo em 31.12.2017	Acréscimos / Baixas	Juros compensatórios	Créditos tributários restituídos	Créditos utilizados nas compensações	Saldo em 31.3.2018
IRPJ	14.325	-	226	-	-	14.551
CSLL	4.218	-	67	-	-	4.285
PASEP	33	-	-	-	-	33
COFINS	8	-	-	-	-	8
<b>Total</b>	<b>18.584</b>	<b>-</b>	<b>293</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18.877</b>

ii. Em 31 de dezembro de 2017:

Tributos	Saldo em 31.12.2016	Acréscimos / Baixas	Juros compensatórios	Créditos tributários restituídos	Créditos utilizados nas compensações	Saldo em 31.12.2017
IRPJ	14.174	14.325	1.092	(535)	(14.731)	14.325
CSLL	3.523	4.197	285	-	(3.787)	4.218
PASEP	33	-	-	-	-	33
COFINS	7	-	1	-	-	8
<b>Total</b>	<b>17.737</b>	<b>18.522</b>	<b>1.378</b>	<b>(535)</b>	<b>(18.518)</b>	<b>18.584</b>

## 8.2. Impostos pagos antecipadamente

A EMGEA recolheu no primeiro trimestre de 2018 o valor de R\$ 11.877 a título de antecipações mensais, sendo R\$ 8.675 de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e R\$ 3.202 de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

## 9. Ativos não circulantes mantidos para venda

A composição dos saldos é a seguinte:

Descrição	31.3.2018	31.12.2017
Imóveis não de uso	482.939	491.098
Provisão para desvalorização	(83.828)	(87.636)
<b>Total</b>	<b>399.111</b>	<b>403.462</b>

Essa rubrica está representada por imóveis tomados em garantia de operações de crédito, os quais são colocados integralmente à venda pela Caixa Econômica Federal, conforme contrato de prestação de serviços. Os imóveis são colocados à venda assim que retomados nas condições existentes na época por um valor razoável de mercado.

Para fazer face a possíveis perdas, é constituída provisão quando:

- a) O valor justo do ativo menos o custo de venda é inferior ao valor obtido na retomada no imóvel; e
- b) O imóvel possui alguma pendência judicial, podendo ser ou não impeditiva de venda.

A Administração revisa o critério periodicamente comparando o valor provisionado com o valor efetivamente recebido considerando os descontos dados na venda, não sendo encontrada, no primeiro trimestre de 2018, nenhuma divergência relevante entre esses dois valores.

Tendo em vista as medidas e os esforços adotados pela Empresa para alienação dos imóveis retomados nas condições existentes, mesmo com pendências judiciais, e considerando que não é a intenção da Empresa em manter esses ativos, a classificação é mantida como “ativos não circulantes mantidos para venda” no ativo circulante nos termos do pronunciamento técnico CPC 31.



As movimentações ocorridas nos períodos foram as seguintes:

i. *Em 31 de março de 2018:*

Descrição	Imóveis não de uso
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<b>491.098</b>
Adições	19.244
Alienações	(27.403)
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>482.939</b>

ii. *Em 31 de dezembro de 2017:*

Descrição	Imóveis não de uso
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<b>471.178</b>
Adições	132.341
Alienações	(112.421)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>491.098</b>

## 10. Créditos vinculados – SFH

Representam os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), que estão em processo de novação com a União. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamento emitido pelo FCVS.

A EMGEA, com base na autorização prevista na MP nº 2.196/2001, de 24 de agosto de 2001, vem realizando permutas dos títulos CVS adquiridos nas novações e negociações, pelo seu valor de face, com o Tesouro Nacional, por títulos públicos federais, de maior liquidez.

A composição do saldo é a seguinte:

i. *Em 31 de março de 2018:*

Situação dos contratos	31.3.2018		
	Saldo	Provisão	Líquido
Não habilitados (i)	139.204	(89.610)	49.594
Habilitados e não homologados (ii)	822.587	(529.417)	293.170
Habilitados e homologados (iii)	14.843.260	(3.323.330)	11.519.930
<b>Saldo</b>	<b>15.805.051</b>	<b>(3.942.357)</b>	<b>11.862.694</b>

ii. *Em 31 de dezembro de 2017:*

Situação dos contratos	31.12.2017		
	Saldo	Provisão	Líquido
Não habilitados (i)	142.705	(91.845)	50.860
Habilitados e não homologados (ii)	807.516	(519.717)	287.799
Habilitados e homologados (iii)	14.655.022	(3.244.089)	11.410.933
<b>Saldo</b>	<b>15.605.243</b>	<b>(3.855.651)</b>	<b>11.749.592</b>



- (i) Representam os contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS, pois estão em processo de análise e habilitação na CAIXA (Prestadora de Serviços da EMGEA).
- (ii) Representam os contratos já habilitados em fase de análise por parte da Administradora do FCVS, para homologação.
- (iii) Representam os contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e que dependem de formalização de processo de novação, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

## 11. Imobilizado

As movimentações ocorridas nessa rubrica estão representadas a seguir:

### i. Em 31 de março de 2018:

Bens	Saldo líquido em 31.12.2017	Movimentação			Saldo líquido em 31.3.2018	Custo em 31.3.2018	Depreciação acumulada em 31.3.2018
		Aquisições	Baixas	Depreciação			
Móveis, máquinas e equipamentos	446	-	-	(30)	416	2.271	(1.855)
Sistema de informática	2.765	-	-	(195)	2.570	8.207	(5.637)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	-	376	(376)
<b>Total</b>	<b>3.211</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(225)</b>	<b>2.986</b>	<b>10.854</b>	<b>(7.868)</b>

### ii. Em 31 de dezembro de 2017:

Bens	Saldo líquido em 31.12.2016	Movimentação			Saldo líquido em 31.12.2017	Custo em 31.12.2017	Depreciação acumulada em 31.12.2017
		Aquisições	Baixas	Depreciação			
Móveis, máquinas e equipamentos	588	-	-	(142)	446	2.271	(1.825)
Sistema de informática	1.726	1.614	(228)	(347)	2.765	8.207	(5.442)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	-	376	(376)
<b>Total</b>	<b>2.314</b>	<b>1.614</b>	<b>(228)</b>	<b>(489)</b>	<b>3.211</b>	<b>10.854</b>	<b>(7.643)</b>

## 12. Passivos financeiros – Financiamentos

Referem-se a obrigações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com garantia da União, com o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e com a Caixa Econômica Federal (CAIXA).

As movimentações ocorridas nos períodos foram as seguintes:

### i. Em 31 de março de 2018:

Credor	31.3.2018	Vencimento final	Encargos
FGTS - Dívida Vincenda	1.907.102	2.029	TR + juros de 3,08% a 6% a.a.
FGTS - Dívida Vincenda (i)	1.965.338	2.020	SELIC
FDS	734	2.019	TR + juros de 0,5% a.a.
<b>Total</b>	<b>3.873.174</b>		
<b>Passivo circulante</b>	<b>166.238</b>		
<b>Passivo não circulante</b>	<b>3.706.936</b>		

ii. Em 31 de dezembro de 2017:

Credor	31.12.2017	Vencimento final	Encargos
FGTS - Dívida Vincenda	1.940.657	2.029	TR + juros de 3,08% a 6% a.a.
FGTS - Dívida Vincenda (i)	1.935.046	2.020	SELIC
FDS	855	2.019	TR + juros de 0,5% a.a.
<b>Total</b>	<b>3.876.558</b>		
<b>Passivo circulante</b>	<b>163.998</b>		
<b>Passivo não circulante</b>	<b>3.712.560</b>		

(i) Valores renegociados em 30.12.2014, 30.12.2016 e 24.2.2017, com base nas Resoluções do Conselho Curador do FGTS nos 752/2014 e 809/2016, por meio das quais foram repactuadas em 2014, as condições da dívida com origem em operações de habitação, e em 2016 e 2017, os passivos com origem em operações de infraestrutura e saneamento, no valor de R\$ 1.585 milhões em 31.12.2017 e R\$ 179.854 em 24.2.2017. De forma resumida, as últimas repactuações (2016 e 2017) consistem na concessão de carência, para pagamento das obrigações da EMGEA com o Fundo, de 36 meses, prorrogável, a critério do Agente Operador do Fundo, por mais 18 meses, mediante a dação em garantia de créditos perante o FCVS. Durante o período de carência, a dívida será atualizada com base na taxa SELIC.

### 13. Obrigações com pessoal

Descrição	31.3.2018	31.12.2017
<b>Circulante</b>	<b>8.282</b>	<b>8.372</b>
Férias a pagar	1.359	1.528
Salários a pagar	1.202	1.163
Participação no lucro – Administradores (i)	1.471	1.469
Participação no lucro – Empregados (ii)	3.230	3.230
INSS a recolher	751	697
FGTS a recolher	269	285
<b>Não Circulante</b>	<b>284</b>	<b>284</b>
Participação no lucro – Administradores (i)	284	284
<b>Total</b>	<b>8.566</b>	<b>8.656</b>

(i) Referem-se aos valores de participação nos lucros aos Administradores, relativos aos exercícios de 2012 (R\$ 93), 2013 (R\$ 197), 2014 (R\$ 369), 2015 (R\$ 277), 2016 (R\$ 355) e 2017 (R\$ 464), que foram atualizados pelo IPCA até a data do relatório, uma vez que os valores não foram pagos, em decorrência da decisão do acionista controlador em condicionar a aprovação da destinação do resultado dos exercícios de 2014, 2015 e 2016 aos efeitos que poderão advir da decisão do Tribunal de Contas da União, em face da Representação nº TC 23.999/2015-2 em trâmite naquela Corte (Nota 22).

(ii) Referem-se aos valores não pagos de participação no lucro aos empregados, relativos aos exercícios de 2014 (R\$ 683), 2015 (R\$ 745), 2016 (R\$ 852) e 2017 (R\$ 950), em decorrência dos efeitos que poderão advir da decisão do Tribunal de Contas da União, em face da Representação nº TC 23.999/2015-2 (Nota 22).

### 14. Obrigações com fornecedores

Descrição	31.3.2018	31.12.2017
CAIXA - prestação de serviços (i)	14.433	16.932
Pessoal requisitado de terceiros (ii)	1.211	2.073
Fornecedores de bens e serviços (iii)	316	1.767
<b>Total</b>	<b>15.960</b>	<b>20.772</b>

(i) Valores a pagar à CAIXA decorrentes da prestação de serviços de administração, de contabilização, jurídicos e de engenharia, dos contratos de créditos imobiliários e comerciais, dos imóveis não de uso e dos débitos detidos pela EMGEA, decorrentes da cessão de créditos pela CAIXA à EMGEA.

(ii) Para as funções comissionadas ocupadas por empregados originários da Administração Pública Federal, a EMGEA ressarcie integralmente os benefícios oferecidos pelo Órgão ou Empresa de Origem. Refere-se a valores a serem reembolsados aos órgãos da administração pública federal, relativos ao custo com pessoal cedido, enquanto a empresa não dispuser de quadro de pessoal próprio.

(iii) Referem-se a valores a pagar a fornecedores por aquisições de utilidades e serviços, bens de informática, serviços de manutenção, apoio administrativo e outros.

## 15. Obrigações tributárias

Descrição	31.3.2018	31.12.2017
COFINS	4.740	7.904
PASEP	817	1.413
IRRF/ISS	508	667
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	1.210	1.353
Crédito de imposto recebido da RFB (i)	87.534	89.959
IRPJ/CSLL	5.806	-
<b>Total</b>	<b>100.615</b>	<b>101.296</b>

(i) Refere-se a crédito efetuado pela RFB em 20.4.2016 de IRRF retido indevidamente, objeto da carta cobrança da RFB de 9.5.2017, atualizado pela SELIC até a referência. Em 29.5.2017 a EMGEA aderiu ao Programa de Regularização Tributária – PRT, instituído pela MP nº 766/2017 com parcelamento do débito em 24 meses, cuja adesão foi validada em 29.6.2017 e encontra-se em fase de consolidação pela RFB. O saldo em 31.3.2018 encontra-se deduzido das parcelas do PRT com vencimento até março de 2018.

## 16. Juros sobre capital próprio/Dividendos

Descrição	31.3.2018	31.12.2017
Juros sobre capital próprio - JCP (i)	191.420	188.432
Dividendos (ii)	5.764	4.899
<b>Total</b>	<b>197.184</b>	<b>193.331</b>

(i) Referem-se aos valores de JCP dos exercícios de 2017 (R\$ 45.177), 2015 (R\$ 72.628) e 2014 (R\$ 70.627) que foram atualizados pela taxa SELIC até 31.3.2018, uma vez que os valores não foram pagos em decorrência da decisão do acionista controlador em condicionar a aprovação da destinação do resultado dos exercícios de 2014 e 2015 aos efeitos que poderão advir da decisão do Tribunal de Contas da União, em face da Representação nº TC 23.999/2015-2 em trâmite naquela Corte (Nota 22).

(ii) Os saldos apresentados nos períodos referem-se à atualização monetária pela Taxa SELIC conforme Decreto nº 2.673/98, sobre o valor dos dividendos mínimos obrigatórios, de 25% do lucro líquido ajustado do exercício de 2016, transferido para Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído (PL), em abril de 2017, a ser pago como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Empresa. -

## 17. Obrigações por repasses

Descrição	31.3.2018	31.12.2017
Valores a ressarcir (i)	3.244	4.089
Seguros a pagar	1.504	1.756
Subsídios contratos do FGTS	43	39
FCVS a pagar	4	4
Obrigações assumidas quitação de contratos <i>pro solvendo</i> (ii)	257	250
<b>Total</b>	<b>5.052</b>	<b>6.138</b>

(i) Valores relativos a desembolsos com execução judicial e extrajudicial e despesas com manutenção de créditos imobiliários e repasses de IOF de créditos comerciais, ainda pendentes de reembolso à CAIXA.

(ii) Valor refere-se principalmente ao débito perante a Administradora do Seguro Habitacional em função da inadimplência da COHAB/ES assumido pela EMGEA conforme Instrumento de Transação com Quitação de Dívida entre o Estado do Espírito Santo, a COHAB/ES e a EMGEA, assinado em 21 de dezembro de 2016, para pagamento das diferenças de saldos da cessão originária, em razão do caráter *pro solvendo* da aquisição dos créditos, cujo pagamento foi realizado em 1º de agosto de 2017.

## 18. Obrigações com mutuários

Descrição	31.3.2018	31.12.2017
Diferença de prestações pagas a maior	46.549	43.448
Saldos credores (i)	11.955	10.876
Valores a apropriar	-	1.154
Pendência de arrecadação e cadastro (ii)	69.081	68.348
FGTS-SFH - Quotas utilizadas para pagamento prestação crédito imobiliário	1.901	1.909
<b>Total</b>	<b>129.486</b>	<b>125.735</b>

(i) Valores credores registrados no sistema corporativo, em análise pela CAIXA, para apropriação no saldo devedor dos contratos. Esses valores estão correlacionados a registros devedores de mesma natureza.

(ii) Valores arrecadados não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação pela CAIXA.

## 19. Provisão para riscos cíveis

A EMGEA possui na esfera passiva demandas judiciais relacionadas à contestação de indexadores aplicados em operações ativas, relativas a financiamentos imobiliários, inclusive em razão de planos econômicos. Adicionalmente, possui demandas na esfera administrativa relativas a contingências fiscais. Essas demandas judiciais e administrativas são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados, e reconhecidas de acordo com as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 25.

### a) Contingências cíveis – Risco provável

Tendo em vista as características das demandas existentes, que incluem um volume significativo de ações relacionadas à revisão de indexadores contratuais, na metodologia utilizada para constituição da provisão, as ações foram segregadas em rotineiras e relevantes.

Para as ações rotineiras, na constituição da provisão foi utilizado o histórico dos valores das condenações sofridas pela EMGEA nos últimos 36 meses, atualizados pelo IPCA-e, e as ações extintas no mesmo período.

Para as ações relevantes, o valor considerado para a constituição da provisão corresponde ao valor estimado de condenação.

A EMGEA tem realizado acordos com os mutuários que têm possibilitado a solução de grande parte das ações no curto prazo, no contexto da política de acordos instituída pela Empresa.

A Administração entende que tais demandas judiciais não implicarão prejuízos que excedam o saldo da provisão para essas contingências, que é de R\$ 3.677 (R\$ 3.032 em 2017), suficiente para a cobertura de eventuais decisões desfavoráveis à Empresa.

Movimentações na provisão para demandas cíveis classificadas como prováveis:

*i. Em 31 de março de 2018:*

Descrição	Ações cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.032
Adições	751
Reversões	(106)
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>3.677</b>

*ii. Em 31 de dezembro de 2017:*

Descrição	Ações cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.027
Adições	1.434
Reversões	(429)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>3.032</b>

**b) Contingências – Risco possível**

Não há contingências classificadas como de risco possível.

## **20. Obrigações com ativos mantidos para venda**

Referem-se, principalmente, às despesas com manutenção e aos valores a pagar à CAIXA pela administração e controle de imóveis arrematados e/ou adjudicados, disponíveis para a venda, conforme contrato de prestação de serviços firmado com a CAIXA.

Descrição	31.3.2018	31.12.2017
Desembolso com Imóveis não de uso EMGEA	27.430	28.635
<b>Total</b>	<b>27.430</b>	<b>28.635</b>

## **21. Patrimônio Líquido**

---

### ***Capital Social***

O Capital Social da EMGEA, em 31.3.2018, permanece no valor de R\$ 9.057.993, totalmente integralizado pela União, e dividido em 9.057.993 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme art. 5º do Estatuto Social aprovado na 2ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em 21.11.2017.

No exercício de 2012, foi autorizada e registrada contabilmente a redução do Capital Social mediante a absorção de prejuízos acumulados, no montante de R\$ 10.952.226. Com a referida redução, o Capital Social passou de R\$ 20.010.219 para R\$ 9.057.993.

Em 2014, a Assessoria Jurídica da então Controladoria Geral da União (CGU) manifestou entendimento divergente ao adotado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) quanto à necessidade de edição de decreto autorizativo, preliminarmente à concretização da redução do capital efetuada pela Empresa em 2012.

Em decorrência de tal divergência a Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional, do Tribunal de Contas da União (TCU) autuou, em 15.11.2015, a Representação objeto do processo nº TC 23.999/2015-2 questionando a autorização concedida pelo Senhor Ministro da Fazenda para a citada redução.

Em 15.12.2015, foi publicado o Decreto nº 8.590, que aprovou o novo Estatuto Social da EMGEA com o novo valor do capital, devidamente registrado na Junta Comercial do Distrito Federal.

A divergência inicialmente levantada pela Assessoria Jurídica da CGU foi sanada em decorrência de posterior manifestação daquele Órgão, a qual foi corroborada pela Advocacia Geral da União – AGU em 15.3.2016.

A citada representação encontra-se ainda em exame no TCU e a Administração entende que terá êxito no desfecho do assunto.

Em face de Representação em trâmite naquela Corte, as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 2014, 2015 e 2016 foram aprovadas - ressalvados os efeitos que poderão advir da decisão do TCU -, conforme despacho do Sr. Ministro de Estado da Fazenda, datado de 5.4.2016, e Ata da 1ª Assembleia Geral Ordinária realizada em 19.4.2017.

Caso o posicionamento da unidade técnica venha a ser acolhido pelo TCU em última instância, o Patrimônio Líquido bem como a situação patrimonial da empresa não teria alteração significativa, tendo em vista que os dividendos recolhidos ao STN não serão devolvidos e o Decreto, que aprovou o novo Estatuto Social da EMGEA, foi publicado em 2015.

## 22. Desdobramento das principais contas das demonstrações de resultados

### a) Receita Bruta

Descrição	31.3.2018	31.3.2017
Receitas de juros - saldo residual a receber do FCVS (i)	199.606	186.582
Receitas de juros - operações de crédito imobiliário (ii)	53.119	49.385
Receitas de juros - créditos comerciais (iii)	925	1.849
Receitas de atualização monetária - operações de crédito imobiliário (ii)	18.353	14.579
Receitas de atualização monetária - saldo residual a receber do FCVS (i)	2.335	22.131
Receitas de taxas, comissões e encargos moratórios - imobiliário (iv)	33.878	36.490
Receitas com deságio de crédito imobiliário (v)	1.557	2.335
Receitas com deságio de crédito comercial (v)	19.460	23.489
Receita com remuneração de seguros (vi)	61	113
<b>Total</b>	<b>329.294</b>	<b>336.953</b>

(i) Referem-se aos valores de atualização monetária e a juros apropriados sobre o saldo a receber do FCVS de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR) e juros de até 6,17% ao ano.

(ii) Equivalem à incidência de juros de taxa média ponderada de 7,29% ao ano para contratos firmados com pessoa física com cobertura do FCVS, de 9,83% ao ano para contratos firmados com pessoa física sem cobertura do FCVS, de 11,43% ao ano para contratos firmados com pessoa jurídica do setor privado, e de 5,01% ao ano para contratos firmados com pessoa jurídica do setor público. Para os contratos de crédito imobiliário de pessoa física com cobertura e sem cobertura do FCVS, transferidos à EMGEA pela CAIXA em 30.9.2014, as taxas médias foram de 9,70%. A atualização monetária é calculada de acordo com os diversos índices pactuados contratualmente (TR, LBC, POUP e UPRD).

(iii) Referem-se aos valores de juros contratuais apurados sobre os saldos devedores dos créditos comerciais transferidos à EMGEA pela CAIXA em 30.9.2014.

(iv) Referem-se às taxas para cobertura de despesas de administração dos contratos recebida no encargo mensal, reconhecidas por regime de competência, e às rendas de encargos por atraso reconhecidos por regime de caixa considerando tratar-se de recebimento altamente duvidoso, relativas às operações de créditos imobiliários e comerciais.

(v) Referem-se às apropriações de receita de deságio relacionadas aos contratos objeto da cessão onerosa de 30.9.2014 apropriadas de acordo com o fluxo de caixa obtido com estas operações.

(vi) Refere-se aos valores de remuneração do agente pela intermediação do prêmio de seguro habitacional contido nas operações de crédito imobiliário.

### b) Dedução da Receita Bruta

Descrição	31.3.2018	31.3.2017
Impostos e Contribuições (i)	(16.347)	(16.946)
Descontos Concedidos (ii)	(141.297)	(58.476)
Perdas nas Operações (iii)	(6.191)	(59.057)
<b>Total</b>	<b>(163.835)</b>	<b>(134.479)</b>

(i) Referem-se a COFINS (R\$ 13.979), PIS/PASEP (R\$ 2.365) e Imposto Sobre Serviço (R\$ 3).



(ii) Descontos Concedidos:

Descrição	31.3.2018	31.3.2017
<b>Operação de crédito imobiliário</b>	<b>(140.032)</b>	<b>(49.444)</b>
Com Cobertura do FCVS	(4.031)	(2.014)
Sem Cobertura do FCVS	(136.001)	(47.430)
<b>Operações créditos comerciais</b>	<b>(717)</b>	<b>(13)</b>
<b>Total Pessoa Física</b>	<b>(140.749)</b>	<b>(49.457)</b>
Pessoa Jurídica	(548)	(9.019)
<b>Total</b>	<b>(141.297)</b>	<b>(58.476)</b>

Referem-se aos descontos concedidos nas liquidações antecipadas e reestruturações de dívida de contratos das operações de créditos imobiliários e créditos comerciais, cujo acréscimo se deu principalmente devido aos descontos apropriados nas liquidações antecipadas e reestruturações de dívida de contratos de crédito imobiliário pessoa física, sem cobertura do FCVS, tendo em vista a campanha de audiências de conciliação cujo prazo para adesão se encerrou em 31.1.2018.

(iii) Perdas nas Operações:

Descrição	31.3.2018	31.3.2017
Operações de créditos imobiliários	(4)	-
Operações de créditos comerciais	(12)	(9)
<b>Total Pessoa Física</b>	<b>(16)</b>	<b>(9)</b>
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>(1.777)</b>	<b>(25.694)</b>
<b>Perdas com créditos FCVS (i)</b>	<b>(4.398)</b>	<b>(33.354)</b>
<b>Total</b>	<b>(6.191)</b>	<b>(59.057)</b>

(i) Valor no período decorrente de validação operacional dos créditos perante o FCVS homologados pelo Fundo com valores inferiores aos de expectativa de recebimento pela EMGEA, para os quais já foram esgotadas as possibilidades de recurso ao Fundo.

### c) Custos Operacionais

#### i. Prestação de serviço - CAIXA

Descrição	31.3.2018	31.3.2017
Serviços prestados CAIXA - Tarifa Administração (i)	(33.234)	(46.474)
Serviços prestados CAIXA - Taxa de Performance (ii)	(2.247)	(9.036)
<b>Total</b>	<b>(35.481)</b>	<b>(55.510)</b>

(i) Referem-se às tarifas pagas ao prestador de serviços CAIXA decorrentes da prestação de serviços de administração, de contabilização, jurídicos e de engenharia, dos contratos de créditos imobiliários e comerciais e dos débitos detidos pela EMGEA, decorrentes da cessão de créditos pela CAIXA à EMGEA.

(ii) Refere-se à taxa de performance paga à CAIXA sobre os valores de arrecadações das operações de créditos imobiliários e comerciais.

#### ii. Despesas com juros e atualização de financiamentos

Descrição	31.3.2018	31.3.2017
Despesas com juros (i)	(45.105)	(60.798)
Despesas com atualização monetária (i)	-	(8.241)
Despesas com encargos moratórios (ii)	-	(4.882)
<b>Total</b>	<b>(45.105)</b>	<b>(73.921)</b>



- (i) Valor dos juros e atualização monetária calculados sobre as obrigações da EMGEA perante o FGTS (TR +juros de 3,08% a 6% a.a. e Selic durante o período de carência) e FDS (TR + 0,5% a.a.).
- (ii) Valor dos encargos moratórios sobre dívida vencida das obrigações da EMGEA perante o FGTS, decorrente da suspensão de pagamento das prestações mensais de janeiro a fevereiro de 2017, incorporado na dívida do contrato renegociado em 24.2.2017, com base na Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 809/2016.

#### **d) Despesas Administrativas**

##### *i. Despesa de pessoal*

<b>Descrição</b>	<b>31.3.2018</b>	<b>31.3.2017</b>
Salários e Gratificações	(2.889)	(2.772)
Encargos Sociais (FGTS/INSS)	(1.463)	(1.198)
Honorários - Diretoria e Conselhos	(639)	(781)
Provisão de férias/13º salário e encargos	(732)	(625)
Auxílio alimentação	(253)	(234)
Treinamento de pessoal	(23)	(41)
Assistência médica e social	(68)	(52)
Rescisões Contratuais	(143)	(25)
Ajuda de custo/moradia e PQVT	(18)	(46)
<b>Total</b>	<b>(6.228)</b>	<b>(5.774)</b>

##### *ii. Despesa de serviços de terceiros*

<b>Descrição</b>	<b>31.3.2018</b>	<b>31.3.2017</b>
Tarifa com administração de imóveis não de uso	(2.293)	(9.053)
Reembolso aos órgãos de origem (i)	(1.805)	(2.284)
Apoio administrativo, limpeza e conservação	(1.131)	(1.560)
Serviços de terceiros (ii)	(3.219)	(527)
<b>Total</b>	<b>(8.448)</b>	<b>(13.424)</b>

- (i) Para as funções comissionadas ocupadas por empregados originários da Administração Pública Federal, a EMGEA ressarcie integralmente os benefícios oferecidos pelo Órgão ou Empresa de Origem.
- (ii) Referem-se, basicamente, aos valores pagos a auditoria, consultoria, serviços de manutenção, primeiros socorros, segurança da informação e serviços de cobrança relacionados à recuperação de créditos comerciais.

##### *iii. Demais despesas administrativas*

<b>Descrição</b>	<b>31.3.2018</b>	<b>31.3.2017</b>
Aluguel, locação de veículos e condomínios	(567)	(673)
Despesas Gerais (seguro, reprografia, associação de classe e outros)	(570)	(577)
Depreciação	(225)	(203)
Utilidades e serviços	(202)	(179)
Publicidade oficial e divulgação	(35)	(5)
Passagens aéreas e rodoviárias	(33)	(33)
Diárias de viagens	(36)	(33)
Reembolso hospedagem	(17)	(3)
Taxas e contribuições locais	-	(6)
Segurança e medicina no trabalho	(10)	(10)
Material de consumo	(14)	(19)
<b>Total</b>	<b>(1.709)</b>	<b>(1.741)</b>

## e) Receitas / Despesas Operacionais

### i. Receitas

Descrição	31.3.2018	31.3.2017
Receitas de validação de carteiras <i>pro solvendo</i> (i)	-	312
Receitas fundo de equalização/deságio (ii)	1.122	3
Lucro na alienação de imóveis (iii)	9.840	7.789
Receitas com ressarcimento de prestação de contas/glosas (iv)	825	3.564
Recuperação receitas mutuários em execução/adjudicação (v)	1.423	1.583
Atualização monetária/juros reposicionamento de cessão (vi)	741	884
Receitas eventuais liquidação operações de crédito/outras	328	239
Valores a receber - antes da federação	-	1.357
Recuperação saldos residuais - Operações de créditos comerciais (vii)	261	142
<b>Total</b>	<b>14.540</b>	<b>15.873</b>

(i) Recebimento no período para quitação de contratos de aquisição de carteira habitacionais, com vistas à resolução da condição de dívida *pro solvendo*.

(ii) Refere-se à receita com apropriação da parcela do fundo de equalização/deságio sobre as operações de crédito pessoa jurídica oriundas da cessão da CAIXA em 2001.

(iii) Refere-se à diferença positiva entre o valor da alienação dos imóveis e seu valor contábil.

(iv) Referem-se a receitas apuradas no repasse de arrecadações e glosas na rotina de prestação de contas com o Prestador de Serviços (CAIXA).

(v) Refere-se, basicamente, à recuperação eventual de despesas com execução e remissão de dívida com mutuários em fase de execução/adjudicação do imóvel.

(vi) Refere-se à apropriação de atualização monetária e juros sobre o saldo oriundo de reposicionamento na cessão onerosa firmada entre a EMGEA e a CAIXA em 30.9.2014.

(vii) Referem-se à arrecadação na EMGEA da carteira comercial - Crédito Caixa Fácil adquirida na permuta de créditos realizada com a CAIXA em 30.9.2014.

### ii. Despesas

Descrição	31.3.2018	31.3.2017
Prejuízo na adjudicação/arrematação de imóveis (i)	(15.552)	(17.557)
Diferenças de repasse - Seguros/FCVS (ii)	(549)	-
Reversão de atualização monetária créditos imob./comerciais	(127)	-
Despesas com imóveis não de uso (condomínios, impostos, taxas e outras)	(5.914)	(5.262)
Prejuízos na alienação de imóveis não de uso (iii)	(9.203)	(2.010)
Despesas com execução de créditos - não recuperáveis e outras (iv)	(2.959)	(2.751)
Despesas com fundo de equalização/deságio	(22)	(1.441)
Despesas com ressarcimento de prestação de contas/outras	(2.889)	(2.160)
Comissão sobre venda de imóveis não de uso	(1.715)	(988)
Despesas com diferenças de prestações de créditos imobiliários	(147)	(471)
Despesas com laudo de avaliação	(394)	-
Despesas com manutenção de créditos e garantias	(1.051)	-
Impostos e Contribuições (v)	(1.244)	(1.280)
<b>Total</b>	<b>(41.766)</b>	<b>(33.920)</b>

(i) Refere-se às diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação dos imóveis vinculados como garantia, quando estes são inferiores, por ocasião de sua adjudicação/arrematação.

- (ii) Valor assumido no resultado relativo às pendências no repasse do prêmio de seguro mensal e contribuições mensais ao FCVS nas operações de crédito imobiliário.
- (iii) Referem-se à diferença negativa apurada entre o valor da alienação dos imóveis arrematados/adjudicados e o seu valor contábil.
- (iv) Referem-se a despesas com mutuários em fase de execução/adjudicação.
- (v) Referem a COFINS (R\$ 13.900) e PIS/PASEP (R\$ 2.762) do grupo Receitas/Despesas, subgrupo Receitas.

### iii. Reversões / Provisões Líquidas

Descrição	31.3.2018	31.3.2017
Reversões (provisões) líquidas para créditos de liquidação duvidosa – operações de crédito imobiliário (i)	104.328	55.175
Reversões (provisões) líquidas para créditos de liquidação duvidosa – Créditos comerciais (ii)	(40.526)	(1)
Reversões (provisões) líquidas para perdas na novação de créditos perante o FCVS (iii)	(86.706)	27.964
Reversões (provisões) para desvalorização de imóveis não de uso	3.808	(2.047)
Reversões (provisões) para Riscos Cíveis	(645)	(18)
Reversões (provisões) para perdas – Devolução de créditos Agentes cedentes	55	50
Reversões (provisões) sobre saldo de IR retido indevidamente em repasse de recursos	(965)	(1.839)
Reversões (provisões) para perdas no desembolso com execução/PLD	345	(483)
Reversões (provisões) para perdas sobre valores a receber de movimentação financeira – CAIXA	-	4.690
Reversões (provisões) pendências repasse Seguro/FCVS	-	(1.812)
<b>Total</b>	<b>(20.306)</b>	<b>81.679</b>

- (i) Reversões de provisão principalmente pelas liquidações antecipadas e reestruturações de dívidas e baixa de operações de créditos imobiliários para contratos de pessoas físicas e jurídicas, cujo acréscimo se deu principalmente devido as liquidações antecipadas e reestruturações de dívida de contratos de crédito imobiliário pessoa física, sem cobertura do FCVS, tendo em vista a campanha de audiências de conciliação cujo prazo para adesão se encerrou em 31.1.2018.
- (ii) Constituição de provisões líquidas para contratos da carteira Minha Casa Melhor e créditos comerciais que não foram liquidados e apresentam decurso de prazo, os quais foram baixados dos cadastros restritivos por apresentarem atraso superior a 1.800 dias.
- (iii) Valor composto pelo saldo de provisão para perdas na novação de créditos perante o FCVS e da reversão de provisão do período em contrapartida com perdas assumidas no resultado de créditos homologados pelo Fundo com valores inferiores ao de expectativa de recebimento pela EMGEA.

## f) Resultado Financeiro

### i. Receitas Financeiras

Descrição	31.3.2018	31.3.2017
Receita de aplicações financeiras - Fundos de Investimento/Títulos e valores mobiliários	6.833	8.438
Atualização Monetária s/Indenizações Sinistro/FGTS	2.228	4.653
Remunerações da CAIXA - repasses em atraso (i)	760	3.128
Valores a receber - IR retido indevidamente em repasse de recursos	965	1.839
Juros compensatórios sobre tributos a recuperar	293	522
Demais receitas financeiras	46	48
Receitas cobrança administrativa	3	-
<b>Total</b>	<b>11.128</b>	<b>18.628</b>

(i) Referem-se aos valores de atualização à taxa SELIC sobre os valores financeiros de prestação de contas das arrecadações repassadas em atraso pela CAIXA.

*ii. Despesas Financeiras*

Descrição	31.3.2018	31.3.2017
Despesa financeira com SELIC sobre JCP/Dividendos (i)	(3.853)	(5.369)
Encargos sobre movimentação financeira - CAIXA (ii)	(526)	(3.601)
Atualização de débitos assumidos quitação de créditos <i>pro solvendo</i> (iii)	(8)	(470)
Tarifas bancárias e outras (iv)	(69)	(39)
Atualização monetária - prêmio de seguro habitacional (v)	-	(5)
SELIC créditos de impostos RFB	(630)	(2.976)
Impostos e Contribuições (vi)	(517)	(866)
<b>Total</b>	<b>(5.603)</b>	<b>(13.326)</b>

(i) Refere-se à despesa de atualização monetária calculada com base na taxa SELIC do Juros sobre Capital Próprio.

(ii) Referem-se à despesa de atualização monetária calculada com base na taxa SELIC sobre devoluções à CAIXA de valores financeiros de prestação de contas.

(iii) Valor da atualização monetária sobre os valores de débitos assumidos na quitação de créditos de contratos, em razão do caráter *pro solvendo*.

(iv) Referem-se a tarifas bancárias, atualização SELIC sobre permuta com Secretaria do Tesouro Nacional e atualização sobre RVA dos diretores.

(v) Refere-se aos valores de atualização monetária sobre os repasses à Seguradora do prêmio de seguro mensal contido nas prestações de operações de crédito imobiliário.

(vi) Referem-se a COFINS (R\$ 2.723) e PIS/PASEP (R\$ 442) do grupo Resultado Financeiro, subgrupo Receitas Financeiras.

## 23. Partes relacionadas

### a) Controlador

O controlador da EMGEA é a União, que detém a participação da totalidade do capital social.

### b) Operações com administradores

Em R\$ 1,00

Descrição	31.3.2018	31.3.2017
Honorários		
Diretoria Executiva (i)	718.311,24	677.340,03
Conselho de Administração	61.793,40	66.942,90
Conselho Fiscal	37.076,04	41.355,84
<b>Total</b>	<b>817.180,68</b>	<b>785.638,77</b>

(i) Os valores informados referem-se a honorários, férias e gratificação natalina.

### c) Transações com partes relacionadas

#### i. Entidades/Operações

Entidades/Operações	Ativo / (Passivo) 31.3.2018	Receita / (Despesa) 31.3.2018	Ativo / (Passivo) 31.12.2017	Receita / (Despesa) 31.3.2017
<b>Secretaria do Tesouro Nacional</b>				
União	13.649	206	14.035	-
Dividendos a pagar (i)	(5.764)	(865)	(4.899)	(1.476)
Juros sobre capital próprio (i)	(191.420)	(2.988)	(188.432)	(3.893)
Reserva Especial de Dividendos não distribuídos (i)	(49.431)	-	(49.431)	-
<b>Fundos e Programas</b>				
FCVS (ii)	(11.862.694)	110.838	(11.749.592)	203.323
FGTS (iii)	(3.872.440)	(45.104)	(3.875.703)	(73.809)
FDS (iii)	(734)	(1)	(855)	(6)
<b>Caixa Econômica Federal</b>				
Depósito à vista (iv)	395	(51)	485	(4)
Valores a receber (iv)	26.215	1.501	22.438	3.990
Prestação de serviços (iv)	(14.433)	(41.932)	(16.932)	(65.556)
Valores a pagar (iv)	(27.818)	(532)	(29.905)	(2.704)
Aplicações financeiras (v)	264.891	4.718	263.839	6.335
Ajuste de Cessão (vi)	-	-	-	(105)

(i) Valor dos juros sobre capital próprio, dividendo mínimo obrigatório e reserva especial de dividendos não distribuídos, calculado no percentual de 25% do lucro líquido ajustado, consoante Art. 47 do Estatuto Social.

(ii) Corresponde aos valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa referencial de Juros (TR).

(iii) A Empresa assumiu dívidas de longo prazo perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Conforme previsto contratualmente, esses saldos são atualizados de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR) e rendem juros de 3,08% a 6% ao ano e Selic para dívida dos contratos renegociados em 24.2.2017 (FGTS) e 0,5% ao ano (FDS).

(iv) A EMGEA realiza transações bancárias com a parte relacionada, como depósitos em conta corrente, movimentação financeira objeto de prestação de contas, remuneração por serviços prestados, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços firmado entre a CAIXA e a EMGEA, para administração dos contratos de crédito imobiliário e administração e venda de imóveis não de uso.

(v) A EMGEA aplica parte de suas disponibilidades financeiras oriundas de recursos próprios por intermédio da CAIXA, que são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas no mercado.

(vi) Passivo assumido perante a CAIXA após o equacionamento das pendências decorrentes do Ajuste de Cessão. Conforme previsto contratualmente, esse saldo é atualizado de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR) e rende juros de 6,06% ao ano. Foi liquidado em abril de 2017.

#### d) Reembolso de empregados cedidos

Órgão de origem	31.3.2018	31.3.2017
Caixa Econômica Federal (CAIXA)	1.586	2.035
Banco do Brasil (BB)	110	152
Controladoria Geral da União (CGU)	103	97
Ministério da Fazenda (MF)	7	-
<b>Total</b>	<b>1.806</b>	<b>2.284</b>

Para as funções comissionadas ocupadas por empregados originários da Administração Pública Federal, a EMGEA ressarcie integralmente os benefícios oferecidos pelo Órgão ou Entidade de origem.

## **24. Gerenciamento de Riscos**

---

### **a) Estrutura da gestão de risco**

O gerenciamento de riscos na EMGEA integra a estrutura de Controles Internos da Empresa, composta por três linhas de defesa.

Todas as unidades organizacionais são responsáveis, como primeira linha de defesa, por identificar, avaliar, comunicar e monitorar permanentemente os riscos relacionados aos processos na sua área de atuação e implementar ações de controle para mitigá-los.

Em segunda linha de defesa, a Superintendência de Gestão de Riscos e Controles Internos - SUCOI, com atuação independente em relação às demais unidades organizacionais, é responsável por assessorar e monitorar as atividades de gestão de riscos e controles internos, bem como por realizar verificações de conformidade.

A Auditoria Interna, em terceira linha de defesa, é responsável por realizar avaliações independentes da atuação das unidades organizacionais.

Nessa estrutura, o gerenciamento de riscos é realizado com os objetivos de:

- a) assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis da Empresa, tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais ela está exposta;
- b) aumentar a probabilidade de atingimento dos objetivos da Empresa, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis; e
- c) agregar valor à Empresa por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos de eventuais materializações.

Para tanto, é utilizada metodologia composta por etapas sequenciais, que abrangem:

- a) identificação dos riscos, dos fatores internos e externos e das consequências;
- b) avaliação da probabilidade de ocorrência e dos respectivos impactos dos riscos inerentes e residuais;
- c) estruturação e definição de respostas para os riscos identificados e priorizados na avaliação;
- d) identificação das medidas de controle necessárias, ou do aprimoramento daquelas já existentes, para mitigar os riscos mapeados; e

- e) comunicação dos resultados do trabalho às unidades gestoras e à alta administração.

Os resultados das etapas de identificação e de avaliação alimentam uma matriz de riscos que, considerando os níveis de probabilidade (possibilidade de materialização de um determinado evento de risco) e de impacto (efeito da ocorrência do evento de risco), permite identificar os riscos relevantes para a Empresa, ou seja, aqueles que podem comprometer o atingimento dos objetivos e da Missão institucional.

Particularmente em relação aos riscos atrelados ao uso de instrumentos financeiros, destacam-se os riscos de carteiras, de liquidez e de mercado.

### **b) Risco de carteiras**

O risco de carteiras refere-se à degradação de créditos adquiridos e garantias a eles vinculados (similar ao “risco de crédito”, característico de empresas que concedem créditos).

Esse risco é alto, principalmente pelos impactos financeiros que a ocorrência de eventos de risco relacionados às carteiras de créditos (composição detalhada nas *Notas 6 a 7.3*), característicos da atividade fim da EMGEA, podem gerar para a Empresa, com reflexos no alcance dos objetivos organizacionais.

Fatores de risco como concentração (exposições significativas a uma única contraparte ou a grupos de contrapartes relacionadas por meio de características comuns); contraparte (não cumprimento de obrigações contratuais pela contraparte); qualidade do crédito (degradação da qualidade do crédito em decorrência da redução da expectativa de sua realização) e garantia (inexistência ou degradação da qualidade das garantias recebidas) podem ocasionar perdas.

Especificamente em relação ao fator concentração, este é caracterizado pelo fato de os ativos da Empresa estarem, atualmente, constituídos em maior parte por créditos perante o FCVS (*Nota 10*) – a União não tem efetuado novações de dívidas do Fundo.

Para reduzir essa concentração, a EMGEA tem adotado as medidas possíveis no seu âmbito de atuação, notadamente o acompanhamento e o cumprimento tempestivos das normas e dos procedimentos definidos no regulamento do FCVS e das demandas da sua Administradora.

Quanto aos fatores de contraparte, qualidade do crédito e garantia, são adotadas ações de controle, que contemplam a definição de políticas, normas e procedimentos específicos, incluindo a avaliação da atuação das empresas prestadoras de serviços.

### **c) Risco de liquidez**

O risco de liquidez decorre da possibilidade de ocorrer descasamento entre os prazos previstos para o ingresso de recursos (recebimentos) e os prazos previstos para o pagamento de compromissos assumidos.

O fluxo das obrigações da EMGEA, registradas no Passivo (*Notas 12 a 20*), no



encerramento do exercício de 2017 e do 1º trimestre de 2018, por período de vencimento, está sintetizado no quadro a seguir:

Dias	31.03.2018	31.12.2017
0 a 30	135.511	141.077
31 a 60	13.562	13.512
61 a 90	13.562	13.512
91 a 180	242.570	238.565
181 a 270	40.685	40.535
271 a 360	216.861	204.108
361 a 720	2.126.219	1.903.031
721 a 1.080	162.154	355.689
1.081 a 1.440	162.154	161.569
acima de 1.440	1.256.693	1.292.555
<b>Total</b>	<b>4.369.971</b>	<b>4.364.153</b>

Para mitigar o risco de liquidez, o fluxo de caixa é projetado anualmente e acompanhado diariamente pela Superintendência Financeira - SUFIN, o que permite a adoção de medidas preventivas.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de liquidez são reportados nas reuniões da Diretoria Executiva e mensalmente aos Conselhos de Administração e Fiscal.

Em 2017, contribuiu para a redução do risco de liquidez a renegociação da dívida para com o FGTS, formalizada em 30.12.2016 e 24.2.2017. Na renegociação foi pactuada carência de 36 meses (até dezembro de 2019 e fevereiro de 2020, respectivamente) para pagamento das obrigações, mediante dação em garantia de créditos perante o FCVS. Durante o período de carência, a dívida está sendo atualizada pela taxa Selic. A renegociação foi formalizada ao amparo da Resolução nº 809, do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, de 10.5.2016.

O risco de liquidez da EMGEA também é acompanhado pela União (acionista controlador), por meio do Programa de Dispêndios Globais (PDG) elaborado e aprovado anualmente.

#### **d) Risco de mercado**

O risco de mercado – mudança nos preços de mercado dos instrumentos financeiros, incluindo variação cambial, taxa de juros e de preços – para a EMGEA, restringe-se à flutuação da Taxa Média SELIC (TMS) e da Taxa Referencial de Juros (TR) sobre as aplicações financeiras.

A Empresa não atua no mercado de derivativos, câmbio ou com ativos referenciados em moeda estrangeira.

As aplicações em títulos e valores mobiliários (detalhadas na *Nota 5.2*) são efetuadas nos fundos de investimento – BB Extramercado FAE 2 e CAIXA Extramercado Exclusivo XXI –, ambos com política de investimentos adequada à Resolução CMN nº 4.034/2011.



Em 2017 os referenciais de rentabilidade acompanharam a variação do subíndice Anbima IRFM-1 (Índice de Renda Fixa de Mercado), cujas carteiras são compostas por títulos públicos federais prefixados (LTN e NTN), de curto prazo.

Considerando o modelo estatístico do Valor em Risco (VaR - Value at Risk) – que sintetiza a maior perda esperada dentro de um intervalo temporal de 1 dia e com nível de confiança de 95% –, o risco de taxas de juros para os fundos de investimento não produz impacto relevante sobre os resultados (0,01% sobre o patrimônio líquido do Fundo BB Extramercado FAE 2 e 0,02% sobre o patrimônio líquido do Fundo CAIXA Extramercado Exclusivo XXI).

Roberto Meira de Almeida Barreto  
Diretor-Presidente

Antonio Luiz Bronzeado  
Diretor

Daniele Lunetta  
Diretor

Euclides Renato Deponti  
Diretor

Marilene Beatriz Brum Paiva  
Chefe de Contabilidade  
Téc. Cont. CRC MG 076097/O-S DF



KPMG Auditores Independentes  
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711  
Edifício João Carlos Saad  
70070-120 - Brasília/DF - Brasil  
Caixa Postal 8587 - CEP 70312-970 - Brasília/DF - Brasil  
Telefone +55 (61) 2104-2400, Fax +55 (61) 2104-2406  
www.kpmg.com.br

## Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias

Ao  
Conselho de Administração e aos Diretores da  
**Empresa Gestora de Ativos S.A. - EMGEA**  
Brasília – DF

### Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Empresa Gestora de Ativos S.A. – EMGEA (“Empresa”) em 31 de março de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

A administração da Empresa é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Base para conclusão com ressalva

Conforme descrito na nota Explicativa no. 3 (b) a Empresa não concluiu a implementação da metodologia para constituição da provisão para perdas com ativos financeiros prevista no pronunciamento CPC 48 – Instrumentos financeiros. Conseqüentemente não nos foi possível mensurar os respectivos impactos no ativo, resultado do período e patrimônio líquido.



### **Conclusão**

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis assuntos descritos no parágrafo “base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil.

### **Ênfase**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 10 às demonstrações financeiras intermediárias, que descreve que a EMGEA possui créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), originados de contratos de financiamento habitacionais. Em 31 de março de 2018, os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS e ainda não homologados totalizam R\$ 342.764 mil (R\$ 338.659 mil em 31 de dezembro de 2017), e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos contidos em regulamentação do FCVS. Adicionalmente, a realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 11.519.930 mil (R\$ 11.410.933 mil em 31 de dezembro de 2017), está condicionada ao processo de novação, conforme previsto pela Lei nº 10.150/2000. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Brasília, 14 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo José de Aquino  
Contador CRC 1SP183836/O